

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

MARIA EDUARDA SILVA GUIMARÃES

**OS PRINCÍPIOS ESG SE CONFIGURAM COMO UM FATOR ESTRATÉGICO
PARA A SUSTENTABILIDADE DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO?**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2025**

MARIA EDUARDA SILVA GUIMARÃES

**OS PRINCÍPIOS ESG SE CONFIGURAM COMO UM FATOR ESTRATÉGICO
PARA A SUSTENTABILIDADE DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO?**

Relatório final, apresentado ao curso de Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Cooperativismo. Sob a orientação do professor/doutor Alair Ferreira de Freitas.

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2025**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. COOPERATIVAS NO SETOR FINANCEIRO.....	6
2.1 O MODELO COOPERATIVO.....	6
2.2 O COOPERATIVISMO FINANCEIRO COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA.....	7
3. ESG.....	9
4. ESG COMO UM GUIA PARA O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
6. REFERÊNCIAS.....	18

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo, enquanto modelo de organização econômica e social, desempenha um papel crucial tanto no Brasil quanto no cenário internacional, proporcionando uma alternativa robusta às estruturas tradicionais de mercado. Com base em princípios de solidariedade, democracia e participação, ele visa promover o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável das comunidades. No Brasil, de acordo com dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro, o movimento cooperativo atingiu 23,45 milhões de cooperados em 2024, o que representa 11,55% da população nacional, com um aumento de 14,5% em relação ao ano anterior (OCB, 2024). Este crescimento evidencia a crescente adesão ao modelo cooperativista, refletindo sua importância na promoção de uma economia mais justa e inclusiva.

Dentro do universo cooperativista, as cooperativas do setor financeiro destacam-se por sua importância tanto para o movimento cooperativo quanto para a sociedade. Essas instituições são voltadas para a oferta de produtos e serviços financeiros aos seus associados, diferente dos bancos tradicionais, que têm como objetivo o lucro de seus acionistas. As cooperativas de crédito oferecem condições mais favoráveis e acessíveis, além de promoverem a educação financeira e o fomento ao desenvolvimento econômico local. No Brasil, este ramo atende a 17,3 milhões de cooperados e está presente em 57% dos municípios brasileiros, com um total de ativos que ultrapassam os R\$ 731 bilhões, destacando-se como um pilar do Sistema Financeiro Nacional (BANCO CENTRAL, 2023). Percebe-se grande relevância desse ramo cooperativo, pois, além de atender às necessidades financeiras de seus membros, contribuem significativamente para a inclusão financeira e o desenvolvimento sustentável das regiões em que atuam.

As cooperativas de crédito, embora possuam uma estrutura organizacional diferenciada, não estão isentas das dinâmicas do mercado financeiro convencional. Assim como os bancos tradicionais, elas estão sujeitas a regulações e exigências impostas pelos órgãos competentes, como o Banco Central do Brasil, além de estarem influenciadas por orientações mercadológicas. Este cenário as coloca em um contexto de constante adaptação às mudanças do mercado, o que exige a incorporação de novas práticas de gestão e governança. Nesse sentido, a adoção de práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) tem se tornado um imperativo crescente para o mundo corporativo, incluindo as cooperativas de crédito. As práticas ESG envolvem critérios relacionados à sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança corporativa, e têm se consolidado como um fator

essencial para o posicionamento estratégico das organizações no mercado global (Elkington, 1997).

O conceito de ESG surgiu em 2004, fruto da colaboração entre o Banco Mundial, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições financeiras de nove países, com o intuito de incorporá-los aos mercados de capitais. Desde então, as práticas ESG, de dimensões Ambiental (“E”) como catástrofes ambientais, poluição e desmatamento; Social (“S”) ações voltadas às pessoas que cercam essa organização como associados, colaboradores, comunidade em geral; e Governança (“G”) voltado para gestão que garanta transparência e ética organizacional; se tornaram fundamentais para as organizações que buscam não apenas maximizar o lucro, mas também criar valor sustentável a longo prazo, alinhando seus objetivos econômicos com a responsabilidade social e ambiental (Garcia, 2022).

Para as cooperativas de crédito, essas práticas são ainda mais evidentes, pois estão intrinsecamente orientadas para o benefício coletivo e o desenvolvimento sustentável das comunidades em que operam. A integração de práticas ESG em suas estratégias não só fortalece sua imagem institucional, mas também contribui para a construção de uma economia mais inclusiva e sustentável, alinhada aos princípios do cooperativismo.

Neste contexto, é fundamental entender como o ESG pode moldar o futuro do cooperativismo de crédito, garantindo não apenas a competitividade dessas cooperativas no Sistema Financeiro, mas também consolidando sua posição como agentes transformadores da economia e da sociedade. Face ao alinhamento dessas práticas aos objetivos do Cooperativismo de Crédito, buscou-se responder à seguinte questão neste trabalho: Os princípios ESG se configuram como um fator estratégico para a sustentabilidade das cooperativas de crédito? O estudo tem como objetivo geral compreender como as práticas ESG podem ser consideradas um diferencial competitivo para as Cooperativas de Crédito no cenário atual, através da sua contribuição para a promoção do desenvolvimento sustentável e o bem-estar de seus associados e das comunidades, além do fortalecimento da governança corporativa.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema, a partir da qual foram promovidas reflexões conceituais e analíticas para compreender o problema proposto. Foram dados de órgãos oficiais, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o Banco Central do Brasil. Dessa forma, buscou-se o entendimento do impacto dos princípios ESG como uma estratégia para a sustentabilidade das cooperativas de crédito.

A relevância deste estudo está no fato do ESG estar emergindo com extrema urgência nas pautas organizacionais, e surge nesse segmento como um importante instrumento que não se configura apenas como uma resposta às demandas do mercado, mas como poderoso fortalecedor na construção de uma economia mais justa e sustentável.

2. COOPERATIVAS NO SETOR FINANCEIRO

2.1 O MODELO COOPERATIVO

As cooperativas são organizações formadas por pessoas que se unem com o objetivo de satisfazer suas necessidades e interesses comuns, por meio de uma gestão democrática e participativa. Diferente das empresas tradicionais, cujo foco é o lucro e a distribuição de dividendos aos acionistas, as cooperativas buscam o benefício coletivo de seus membros. A participação dos cooperados é fundamental, pois cada um tem direito a um voto independente de sua contribuição financeira, possibilitando que todos seus associados participem nos processos decisórios da organização (Schneider, 2019).

Ainda segundo Schneider (2019, pg. 106) “é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que tutela os princípios cooperativos.” Esse modelo cooperativo é regido pelos princípios de voluntariedade, adesão livre, democracia, educação, formação e informação, além do compromisso com a comunidade.

O funcionamento das cooperativas se dá por meio da gestão coletiva e do compartilhamento de recursos, onde os membros se beneficiam diretamente das atividades econômicas realizadas pela organização. Os cooperados podem ser tanto fornecedores quanto consumidores dos bens ou serviços oferecidos pela cooperativa (ACI, 2020). No caso das cooperativas de crédito, por exemplo, os membros são simultaneamente os clientes e os donos da instituição, o que significa que eles têm direito a uma parte dos resultados da cooperativa, além de poderem influenciar nas decisões e políticas da entidade (XPI INVESTIMENTOS, 2022). Esse modelo promove uma maior equidade entre os participantes e fortalece os laços de solidariedade dentro da comunidade.

Além disso, as cooperativas desempenham um papel fundamental no fortalecimento da economia local e na promoção da inclusão social e econômica. Elas oferecem uma alternativa mais acessível e justa aos mercados tradicionais, proporcionando melhores condições de crédito, de comercialização de produtos e de acesso a serviços essenciais. Ao focar no bem-estar de seus membros e na contribuição para o desenvolvimento sustentável das

comunidades, as cooperativas contribuem para a redução de desigualdades, promovendo o empoderamento dos indivíduos e o fortalecimento da economia regional. Assim, o modelo cooperativo se caracteriza como uma ferramenta para a construção de uma sociedade mais solidária e sustentável.

2.2 O COOPERATIVISMO FINANCEIRO COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA

O movimento cooperativista teve origem no século XVIII, na Inglaterra, como uma reação à Revolução Industrial. Ele surgiu como um incentivo à colaboração e a união de pessoas com interesses semelhantes, com o propósito de gerar benefícios econômicos compartilhados. Em resposta às dificuldades econômicas da época, como salários baixos, jornadas de trabalho exaustivas e problemas sociais, líderes e associações começaram a surgir, ganhando força ao longo do tempo e ajudando a mitigar alguns dos impactos do capitalismo (Paiva; Santos, 2017). No entanto, foi em 1862 que as primeiras cooperativas de crédito foram fundadas nas cidades de Renânia e Palatinado, na Alemanha. Inicialmente, o surgimento desse sistema enfrentou resistência por parte da população local, mas em pouco tempo o número de cooperativas de crédito na região começou a crescer exponencialmente.

No Brasil, o cooperativismo de crédito teve início em 1902, no estado do Rio Grande do Sul, sob a liderança do Padre Jesuíta Theodor Amstad, inspirado no modelo desenvolvido por Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), Amstad trazia para o Brasil um conceito que rapidamente alcançou êxito. Nesse contexto, foi criada a primeira cooperativa de crédito da América Latina, denominada “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad”. Atualmente, essa instituição é conhecida como SICREDI Pioneira RS e se destaca como uma das maiores cooperativas de crédito do país (Salatino, 2017).

O modelo era direcionado, principalmente, a pequenas comunidades rurais e vilas. Conforme Salatino (2017), tinha como foco os pequenos produtores rurais, sem priorizar a quantidade de capital que cada cooperado possuía. A gestão financeira era estruturada de maneira simples onde as transações eram realizadas por meio de depósitos que recebiam uma pequena remuneração. Além disso, a cooperativa permitia que qualquer pessoa pudesse depositar suas economias, reforçando a inclusão financeira. As sobras eventualmente geradas eram destinadas à formação de reservas, o que garantia maior segurança em momentos de instabilidade.

Dessa forma, seu impacto trouxe um significativo crescimento do segmento, resultando na criação de uma cooperativa central que reunia mais de cinquenta cooperativas

singulares filiadas. Esse desenvolvimento não apenas fortaleceu a economia local, mas também consolidou o cooperativismo como uma alternativa viável e solidária de organização financeira, servindo de modelo para outras regiões do Brasil.

A partir desta perspectiva, surge em 2007 a Resolução nº 3.442 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), representando um marco na regulamentação e estruturação do cooperativismo de crédito no Brasil. Essa norma consolida as bases para um modelo mais moderno e inclusivo dando continuidade às mudanças iniciadas em 2003, quando foi permitida a criação de cooperativas de crédito de livre admissão, alinhando as necessidades econômicas e sociais contemporâneas. Essa norma possibilitou ampliar o alcance das cooperativas de crédito, eliminando barreiras de acesso, como permitir que populações, antes desassistidas, tivessem acesso a serviços financeiros de qualidade, fomentando a inclusão financeira.

Hoje, essas instituições têm maior capilaridade, atendendo tanto áreas urbanas quanto rurais. O número de cooperativas de crédito cresceu significativamente, assim como o volume de ativos e associados, ocupando primeiro lugar em números de pontos de atendimentos instalados ultrapassando inclusive o sistema bancário, além de um notório crescimento da carteira de crédito com uma porcentagem de aumento de mais de 135% do ano de 2016 à 2020 (Deloitte, 2020), e 153% em relação ao mesmo período nos anos de 2020 a 2024, totalizando uma carteira de R\$ 409,1 bilhões (Sicredi, 2024)

Além disso, as cooperativas de crédito têm se afirmado como uma alternativa sólida para ampliar o acesso a serviços financeiros, principalmente em regiões pouco atendidas por demais sistemas financeiros. Isto pode ser constatado de acordo com dados do SomosCoop, que retrata que “em mais de 300 municípios brasileiros onde não há bancos tradicionais, as cooperativas de crédito são a única presença financeira”. Desta forma, no Brasil, a quantidade de municípios onde a cooperativa de crédito é a única alternativa para obtenção de produtos e serviços financeiros, continua se expandindo (BANCO CENTRAL, 2023).

O cooperativismo de crédito se apresenta, então, como uma alternativa econômica voltada para o fortalecimento coletivo, pautada no princípio da igualdade na gestão. Os associados não apenas utilizam os serviços da cooperativa, mas também participam ativamente da sua governança, sendo coproprietários da instituição. Como resultado, os lucros gerados são distribuídos entre os membros, incentivando a cooperação mútua e o comprometimento com o crescimento sustentável da cooperativa. Esse sistema fomenta a busca por objetivos compartilhados, promovendo um ambiente em que as conquistas individuais se refletem no sucesso coletivo.

3. ESG

Após um passado marcado por intensas catástrofes ambientais, o século XX deu início a significativas iniciativas na busca por um planeta sustentável, além de intensificar as cobranças por responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente (Araujo, R. B., 2008). Esse período deu origem a ações preventivas, corretivas e punitivas, com a implementação de leis, criação de institutos e órgãos reguladores, políticas públicas e diretrizes para as empresas na busca de promover uma nova ética voltada à sustentabilidade.

“A interação do homem com o meio ambiente sempre existiu, mas foi se transformando ao longo dos anos. A partir da Revolução Industrial, a relação balanceada passou a dar lugar a um desequilíbrio do ecossistema, com o aumento do consumo de recursos naturais em função do avanço tecnológico. Acreditava-se à época que a natureza seria capaz de se reequilibrar, neutralizando os efeitos causados pelo homem. Os impactos causados pela revolução industrial provaram que não. Abertura de buracos na camada de ozônio, o derretimento de geleiras, as mudanças climáticas, entre outros impactaram não somente o meio ambiente, como também a vida das pessoas, das comunidades e do próprio setor econômico. Isso despertou a preocupação com as questões ambientais, trazendo essa pauta para discussões nacionais e internacionais” (Garcia, 2022).

Atualmente, as organizações têm de desempenhar um papel crucial como usuárias dos recursos existentes, na busca de empregá-los de forma sustentável. Essa postura não é apenas uma escolha ética, mas uma exigência crescente dos *stakeholders*, que cobram das organizações um alinhamento mais sério e comprometido com práticas que garantam a sustentabilidade e o bem-estar coletivo. Assim, o compromisso corporativo sustentável integra o foco estratégico de organizações que buscam atender às expectativas sociais e ambientais de forma responsável (Silveira; Petrini, 2018).

Nesse contexto, originou-se termo ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança) no relatório intitulado "*Who Care Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World*", publicado pelo Global Compact da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2004, objetivando designar o mundo corporativo em um caminho cada vez mais sustentável e resiliente, se moldando às necessidades deste meio com metas e objetivos a serem alcançados de forma a atender seus pilares envolvidos. Afirma-se que passados vinte anos da primeira publicação sobre práticas de ESG, são crescentes os avanços do tema no contexto das empresas (Gife, 2024). No entanto, a efetividade dessas práticas depende, mesmo que indiretamente, da elaboração e aplicação de políticas resistentes e bem formuladas que integrem os critérios ESG de maneira estratégica e operacional (Eccles, Ioannou & Serafeim, 2014).

A governança ambiental, social e corporativa (ESG, do inglês *Environmental, Social, and Governance*) é uma abordagem que analisa como uma organização integra estes fatores em seu processo decisório, por meio de práticas específicas, mensuráveis e relacionadas às operações internas da empresa. Embora esteja associado à Sustentabilidade Empresarial, há uma distinção: o ESG concentra-se em ações internas e resultados objetivos, enquanto a Sustentabilidade Empresarial enfatiza iniciativas mais amplas e de longo alcance, voltadas para oportunidades sociais e ambientais que impactam também as relações externas da organização. Por outro lado, há a visão de que o ESG não seja considerado uma evolução da sustentabilidade empresarial, mas sim a própria sustentabilidade empresarial (Pereira, 2020).

Suas práticas representam critérios amplamente utilizados para avaliar o desempenho sustentável de empresas. No aspecto ambiental, são analisadas práticas relacionadas à gestão de recursos naturais e impacto ambiental; no aspecto social, examinam-se as relações com colaboradores, comunidades e demais *stakeholders*; e, no aspecto de governança, avalia-se a transparência, a ética corporativa e a estrutura de liderança. Esses critérios são cada vez mais valorizados, tanto por investidores quanto por consumidores, como parte de uma abordagem mais ampla para promover negócios responsáveis e sustentáveis. (PRI, 2023). Essa responsabilidade corporativa está se tornando uma necessidade imediata, à medida que o tema vem ganhando relevância e seriedade, além de ser uma postura amplamente cobrada por *stakeholders* envolvidos.

“Dentre os indicadores ESG mais utilizados estão: ISE B3, ABNT 2030, Instituto Ethos, GRI, SASB, FSC. O ISE B3 avalia o desempenho das empresas em aspectos ambientais, sociais e de governança, promovendo transparência e responsabilidade (ISE B3, 2024). A norma ABNT PR 2030 é importante para as empresas brasileiras, de diversos setores e tamanhos, oferecendo um modelo para a implementação e aprimoramento das práticas ESG (ABNT, 2021). O Instituto Ethos é uma organização que promove gestão responsável e sustentável nas empresas, e seus indicadores são medem desempenho em questões sociais, ambientais e de governança (INSTITUTO ETHOS, 2024). Cruz et al. (2022) destacam e identificam diferentes indicadores ambientais, sociais e de governança e destacam a importância dos mesmos para avaliar o desempenho sustentável das organizações e sua capacidade de atender às expectativas dos *stakeholders*” (Oliveira et al., 2024).

Surge em 2015, a partir da Assembléia Geral das Nações Unidas, os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) com metas voltadas a eliminar a pobreza, reduzir as desigualdades e injustiças, além de proteger o meio ambiente, reforçando a ideia de que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo contínuo e holístico. De acordo com Pacto Global, a integração dos princípios ESG (*Environmental, Social, and Governance*) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas

(ONU) destaca uma abordagem sinérgica para enfrentar desafios globais enquanto promove práticas corporativas responsáveis.

A revista Forbes Brasil (2021), enfatiza o forte elo entre as práticas ESG e ODS. Enquanto o ESG fornece uma estrutura para que as empresas avaliem e gerenciem seu impacto ambiental, social e de governança, os ODS oferecem um conjunto de metas universais que orientam o desenvolvimento sustentável em escala global. Alinhando essas abordagens, as organizações não apenas reforçam seu compromisso com a sustentabilidade, mas também ampliam sua relevância no mercado respondendo às demandas de investidores, consumidores e *stakeholders*.

Uma questão relevante sobre os relatórios de sustentabilidade de ESG é que, frequentemente, eles não retratam de maneira precisa a realidade das empresas, transformando-se em meras ferramentas de marketing que encobrem práticas negativas, utilizadas apenas para maquiar uma imagem organizacional, um fenômeno denominado *greenwashing* (Franco; Pinheiro, 2024). A falta de transparência e a manipulação de dados promovem um falso compromisso com a sustentabilidade sem realmente adotar práticas responsáveis, prejudicando tanto a credibilidade quanto a efetividade do ESG. Nessas circunstâncias, o mercado pode aproveitar da alta do ESG para fomentar o capitalismo, utilizando-se da sigla de sustentabilidade corporativa por interesses escusos e não se comprometendo verdadeiramente com ações e consumos socioambientais (Teixeira; Sobrinho; Reato, 2022).

Dotado de critérios que refletem a preocupação ambiental e social, vale salientar o significativo crescimento que o termo e sua incorporação obteve com a emergência da pandemia do Covid-19. A crise pandêmica não só aumentou a conscientização sobre a importância das práticas, como comprovou que as organizações com investimentos ESG tiveram melhores resultados financeiros e estão mais bem preparadas para crises futuras (Moutinho, Silva, 2024). Isso ocorreu por meio de análises de indicadores de desempenho que comprovaram que a crise surgiu como uma oportunidade de desenvolvimento, lucro e competitividade.

Quando bem planejado e implementado por parte da organização, o ESG será o conjunto de diretrizes que orientará suas ações, definindo como ela deve agir para enfrentar questões que podem ser transformadas por meio da transparência. A adoção destas boas práticas não só atrai investidores, como também gera comprometimento e fortalece o vínculo de longo prazo, consolidando a empresa como um parceiro comercial confiável.

4. ESG COMO UM GUIA PARA O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

A adoção da sustentabilidade nos ambientes organizacionais vem se tornando cada vez mais corriqueira, visto que há uma exigência externa de investidores e clientes por uma demanda de maior transparência e gestão mais responsável. Com isso, destaca-se a necessidade e importância em integrar práticas de pautas sociais, ambientais e de governança para agregar valor à organização. O comprometimento com a sustentabilidade demonstra um viés de consciência sobre a importância de equilibrar sucesso financeiro com a responsabilidade dos impactos de suas ações no meio. Isso inclui oferecer crédito a empreendimentos voltados a questões sociais e ambientais, além de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades, assim como restringi-lo para projetos que incentivem o desmatamento ou que violem direitos humanos. (COTÓN; CASTRO, 2011).

A cooperativa, enquanto forma autêntica de fazer negócios de princípios e valores singulares, idealiza práticas de cunho inovador. A partir disso, se questiona como as cooperativas podem manter sua competitividade no mercado com sustentabilidade financeira. De acordo com SESCOOP (2022), mesmo que não haja uma resposta direta a isso, o resultado será alcançado a partir do fomento de ações e culturas de inovação, como o ESG, que se apresenta como uma diretriz estratégica para orientar a evolução e o desenvolvimento do cooperativismo.

De acordo com Schneider (2006, pg. 47):

“a educação cooperativa deve manter-se alinhada com a capacitação direcionada ao crescimento, à produtividade e competitividade, salientando os valores cooperativos de equidade, solidariedade, de maneira tal que o movimento cooperativo encontre um equilíbrio entre os objetivos econômicos-empresariais e a essência do cooperativismo.”

Tal afirmação reforça que os valores do cooperativismo e o comprometimento com o coletivo se alinham naturalmente às práticas ESG, buscando, ambos, gerar impacto positivo nas comunidades e serem agentes transformadores.

Conforme apresentado no Relatório de Pesquisa de Inovação no Cooperativismo Brasileiro (2024), elaborado pelo Sistema OCB, entre as 1.001 cooperativas participantes desta pesquisa, 87% consideraram as práticas de inovação como altamente relevantes para o cooperativismo. Além disso, 80,26% dessas organizações relataram obter retorno em até dois anos após a implementação de práticas inovadoras, com destaque para as cooperativas de crédito, que representaram 26,27% desse total.

O alinhamento de operações com princípios sustentáveis e responsabilidade social, convida as cooperativas de crédito à práticas ESG, onde a implementação desses indicadores se torna fundamental para medir o impacto das operações organizacionais em relação à sustentabilidade e à responsabilidade corporativa. Quando bem incorporadas, às práticas cooperam para uma organização mais resiliente e responsável, sendo mais atrativa e promovendo maior sucesso organizacional (Sescoop 2022).

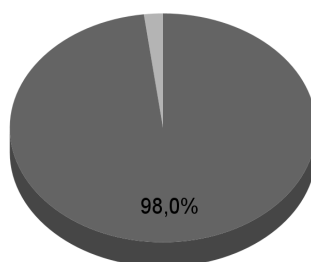
É importante salientar a relevância do encontro de interesses diversificados onde a cooperativa deve considerar todos seus *stakeholders*, desde membros à funcionários, fornecedores e comunidade local para a sustentabilidade a longo prazo; assim como gerir os relacionamentos onde implica não apenas o retorno financeiro, mas as expectativas dos membros, promovendo confiança e cooperação (Freeman, 1984).

A ampliação de garantia de sucesso organizacional a partir destas práticas, estende-se em incluir desempenho social, ambiental e econômico, gerando sustentabilidade integrada, onde a cooperativa que adota essa abordagem assegura maior êxito em suas operações (PricewaterhouseCoopers, 2022). A busca por estratégias inovadoras surge, então, como uma resposta para lidar com a crescente complexidade e competitividade do mercado financeiro. A inovação nessas instituições vai além de atender às necessidades tecnológicas, sendo também uma maneira de reforçar os princípios do cooperativismo e proporcionar uma experiência única aos seus associados.

Neste sentido, a PricewaterhouseCoopers (PwC), uma das maiores empresas de gestão de negócios e apoio à implementação de práticas ambientais, sociais e de governança, elaborou uma pesquisa no ano de 2022 que mostra a relevância da inclusão do ESG como estratégia para cooperativas de crédito. Alguns dos resultados das 165 Cooperativas participantes neste levantamento podem ser constatados nos gráficos:

Gráfico 1: Cooperativas de crédito que demonstraram interesse às ações relacionadas às práticas ESG.

● Possuem interesse ● Não possuem interesse

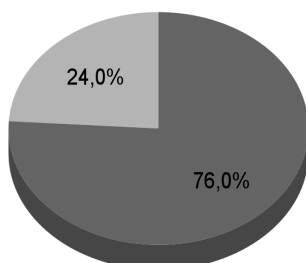


Fonte: PwC Brasil, 2022

Nota-se a importância da pauta dada a relevância do percentual de cooperativas de crédito que se mostraram interessadas pelas práticas. “O percentual é resultado da soma entre os 75% muito interessados e os 24% razoavelmente interessados (PwC, 2022).”

Gráfico 2: Cooperativas de crédito que possuem compromissos públicos com ESG atrelados às suas estratégias.

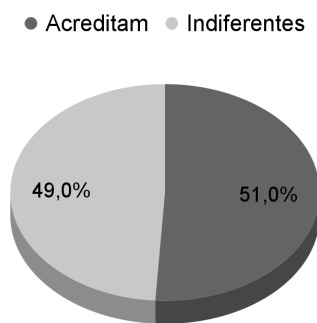
● Possuem compromisso ● Não possuem compromisso



Fonte: PwC Brasil, 2022

“85% possuem alguma ação social de educação financeira junto às comunidades locais, 61% adotam ações voltadas a pequenos negócios, 50% têm programa de diversidade para a contratação de funcionários e 26% trabalham com alguma iniciativa de inclusão digital nas comunidades (PwC, 2022).”

Gráfico 3: Acreditam que incorporar as práticas ESG em suas cooperativas ajuda a atrair ou reter associados, constituindo uma ação positiva.



Fonte: PwC Brasil, 2022

Essa pesquisa sugere que a incorporação das práticas é percebida por mais da metade dos entrevistados como uma ferramenta estratégica para a cooperativa e seus cooperados, fortalecendo essa relação e gerando engajamento. Aos 49% cabe um campo a ser explorado para desenvolvimento em um futuro próximo.

Pode-se compreender que as cooperativas de crédito estão alertas às oportunidades do mercado com a adoção de boas práticas sustentáveis. Além do fortalecimento da imagem da cooperativa e sua reputação, existem os impactos positivos à comunidade quando optam por se posicionarem com comprometimento e empatia. Atrelado a isso, é também vital as adoções de ações na dimensão de Governança de ESG, pois será através de *compliance*, ética e transparência que os associados se sentirão contemplados e pertencentes à sua Cooperativa, assegurando fluidez e aumentando sua competitividade (Martins, Salgado, 2023)..

Pesquisas sobre ESG têm se concentrado em estudar empresas presentes em bolsa de valores ou mercados globais (Costa & Ferezin, 2021). Entretanto, ao estudar cooperativas de crédito, pesquisa-se um negócio que, mesmo não comercializado em bolsa, possui uma atuação regional, onde se estabelece normas em apoio relevantes à humanidade e desenvoltura ao seu caráter. Nesse raciocínio, para Fonseca et al, (2014, p. 16) “as organizações passam a desenvolver modelos de negócios mais comprometidos com o futuro e com a sustentabilidade passando a avaliar as consequências e impactos de suas ações no ambiente organizacional sob o viés social, ambiental e do lucro financeiro”. Entende-se que cooperativas, consideram implicações sociais e ambientais em sua aplicabilidade, não focando apenas no modelo de negócio que gera capital.

Dessa forma, segundo Paille (2024), cooperativas de crédito que vêm assumindo esse compromisso com ESG, estão atraindo cooperados, fortalecendo sua marca e melhorando seu

funcionamento, consequentemente contribui também para o desenvolvimento da comunidade em que está inserida e obtém melhores resultados. Um exemplo disto é o Sistema Sicredi, que vem se comprometendo com as pautas sociais, ambientais e de governança em suas políticas (Sicredi, 2024), emitindo relatórios de sustentabilidade e ESG desde o ano de 2015, tecendo informações quantitativas e dados referenciais com objetivo de gerenciar seus riscos. A evidência deste comprometimento foi retratada no Monitor Empresarial de Reputação Corporativa, auditoria anual que avalia a notoriedade das empresas, ocupando oitavo lugar entre organizações do setor de “Serviço Financeiro” no Ranking Merco Responsabilidade ESG (2022), seguido do Sistema Sicoob que ficou em décimo primeiro.

Análogo a isto, em iniciativa do próprio Sistema Sicredi, a Cooperativa se destacou em Finanças Verdes por emitir a primeira Letra Financeira Pública Sustentável do País no mesmo ano, captando R\$780 milhões destinados para financiar projetos ambientais e sociais, incluindo energia renovável, eficiência energética, construções sustentáveis e inclusão financeira em comunidades com menor acesso (Sistema OCB, 2024). Os significativos resultados dessa ação podem ser constatados na tabela a seguir:

Tabela 1: Destinação de recursos obtidos pela Primeira Letra Financeira Pública Sustentável do País - Sicredi.

Item	Setor	Valor Destinado	Descrição
1	Energia Renovável	R\$ 312 milhões	Alocados em 5.356 projetos de energia solar, evitando a emissão de aproximadamente 4,9 mil toneladas de gases de efeito estufa por ano.
2	Inclusão Social	R\$ 234 milhões	Destinados ao financiamento de 5.474 pequenas e médias empresas lideradas por mulheres, promovendo igualdade de gênero e o empreendedorismo feminino.
3	Desenvolvimento Regional	R\$ 234 milhões	Investidos em 4.008 projetos localizados em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional, contribuindo para a geração e sustentação de

			mais de 80 mil empregos.
--	--	--	--------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Em reconhecimento a essa iniciativa, o Sicredi recebeu o prêmio "Título Sustentável do Ano" no Global SME Finance Awards 2023, organizado pelo Fórum Financeiro das PMEs e endossado pelo G20 (Sicredi, 2023). Ficou evidente, portanto, que quando cooperativas de crédito investem no alinhamento de práticas financeiras com princípios sustentáveis, elas fortalecem seu potencial como agentes transformadores.

Nesta linha, segundo dados do Banco Central do Brasil, as tarifas e taxas oferecidas pelo sistema cooperativo de crédito são também, em geral, mais baixas quando comparadas ao sistema bancário tradicional (Silva, 2011). O Sebrae (2018,p.1) – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas retoma, sete anos depois, a afirmação desta narrativa, introduzindo o oferecimento de taxas mais baixas a outras séries de benefícios em se associar a uma cooperativa de crédito.

Afirma-se então, que o reflexo da estrutura cooperativa busca oferecer condições mais acessíveis a seus cooperados, trazendo, conseqüentemente, mais vantagem competitiva para si no mercado. Desta forma, Cooperativas de Crédito assumem os riscos de suas operações em benefício das comunidades locais, com objetivo de impulsionar o crescimento regional através da concessão de poupança e microcrédito voltado a empreendimentos locais (Soares; Sobrinho, 2007).

No entanto, presume-se que ocorram eventualidades em que as taxas de um banco tradicional se igualem às de uma cooperativa de crédito, e é em cenários como este que ela estará preparada em fatores de diferenciação competitiva. Ao empregar a adoção das práticas ESG somadas aos seus princípios cooperativos, ela não apenas reforça seu compromisso com a sustentabilidade como se posiciona à frente de seus concorrentes, conforme destacado em matéria publicada pela *Exame* (2023), onde evidencia que a adoção dessas práticas deixou de ser opcional, sendo não somente um diferencial determinante para se destacar, como um requisito básico para alavancagem no mercado.

Ações efetivas por meio das práticas trarão sustentabilidade e resiliência para o sistema financeiro cooperativo, dado que a sociedade se mostra cada vez mais preocupada com a pauta e irão optar por organizações que as praticam. As pesquisas corroboram para afirmar que as práticas ESG estão aos poucos deixando de ser inovadoras e se consolidando como uma realidade indispensável. Essa transição reflete a crescente conscientização das

cooperativas de crédito em adotar as estratégias em sua essência, se configurando como uma expectativa mínima para operar no mercado e ser uma aspiração no sistema financeiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do trabalho evidenciou que as práticas ESG quando integradas às estratégias das cooperativas de crédito atuam como um diferencial competitivo que proporciona benefícios desde o desenvolvimento sustentável das comunidades, à captação e confiança de seus associados, reputação de sua imagem, financiamento de energias renováveis, transparência e ética; mostrando que as cooperativas de crédito vão além da simples oferta de produtos financeiros.

Retomando a questão inicial: “Os princípios ESG se configuram como um fator estratégico para a sustentabilidade das cooperativas de crédito?”, é possível concluir que sim, os princípios não só cumprem esse papel como reafirmam os valores cooperativistas de solidariedade, democracia e participação, contribuindo para a construção de uma economia mais inclusiva e sustentável. As organizações que negligenciam as práticas, comprometem seu posicionamento no mercado atual, não adquirindo vantagem competitiva frente à concorrência avassaladora daquelas que as cumprem.

A implementação das práticas reforça um compromisso do cerne do cooperativismo com seus cooperados, estreitando a relação de confiança com os mesmos, o que é um diferencial do modelo cooperativo. Além disso, evidencia sua capacidade em se adequar às demandas do mercado financeiro preservando seus princípios e se consolidando como agentes transformadores na sociedade. Conclui-se que o ESG não se retrata apenas como um futuro promissor para essas organizações, mas como uma autêntica realidade já consolidada, que responde de maneira estratégica à globalização acelerada e aos desafios do presente.

6. REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cooperativas de crédito crescem e já atingem mais da metade dos municípios brasileiros. 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20247/noticia>. Acesso em: 2 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. Resolução nº 3.442, de 28 de fevereiro de 2007. Constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2007/pdf/res_3442_v4_1.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

COTÓN, Manuel Castro; CASTRO, Noelia Romero. Cooperativas de crédito y banca ética, un camino por explorar?. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, v. 72, p. 262-300, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/174/17421345010.pdf>. Acesso em 7 jan. 2025.

DA SILVA, Michel Alexandre. Impacto do Sistema Cooperativo de Crédito na Eficiência do Sistema Financeiro Nacional. 2011. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD246.pdf> Acesso em: 07 jan. 2025.

ECCLES, Robert G.; IOANNOU, Ioannis; SERAFEIM, George. The impact of a corporate culture of sustainability on corporate behavior and performance. *Management Science*, v. 60, n. 11, p. 2835-2857, 2014. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w17950/revisions/w17950.rev0.pdf. Acesso em: 3 ago. 2024.

ELKINGTON, John. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone Publishing, 1997. Disponível em: <https://www.sdg.services/uploads/9/9/2/1/9921626/cannibalswithforks.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

EXAME. Não é opcional: pressão de investidores torna ESG uma obrigação para executivos, diz professor. Disponível em: <https://exame.com/carreira/nao-e-opcional-pressao-de-investidores-torna-esg-uma-obrigacao-para-executivos-diz-professor/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

FRANCO, Brenda Dutra; PINHEIRO, Caroline da Rosa. *Explorando a materialidade nos relatórios de sustentabilidade: a retórica e a prática das estratégias ESG*. Revista de Direito e Sustentabilidade, v. 10, n. 1, p. 93-116. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/10546/pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

FREEMAN, R. Edward. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman Publishing, 1984. Acesso em: 28 jul. 2024.

GARCIA, Rodrigo Tetti. Análise Comparativa entre Triple Bottom Line e ESG na Gestão de Sustentabilidade das Empresas. 2022. Disponível em: <https://readyag.com.br/blog/analise-comparativa-entre-triple-bottom-line-e-esg-na-gestao-de-sustentabilidade-das-empresas/> Acesso em: 07 jan. 2025.

GIFe. Agenda ESG completa 20 anos com crescimento significativo de atenção das empresas brasileiras. 2024. Disponível em: <https://gife.org.br/agenda-esg-completa-20-anos-com-crescimento-significativo-de-atencao-da-s-empresas-brasileiras/> Acesso em: 07 jan. 2025.

INOVACOOP. Relatório Pesquisa de Inovação no Cooperativismo Brasileiro 2024. Sistema OCB, 2024. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/noticias-inovacao>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MARTINS, Augusto Chaves; SALGADO, Thales Marden Silva. Práticas de governança corporativa em uma cooperativa de crédito na região centro-oeste de Minas Gerais. *Revista GeSec*, São Paulo, v.14, n.7, p.11851-11863, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2505/1370>. Acesso em: 07 jan. 2025.

MOUTINHO, Rafael; SILVA, Ricardo Luiz Menezes. Investimentos ESG na pandemia da Covid-19: Houve desempenhos financeiros e acionários superiores? *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis. v. 23, 1-18, 2024. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3430/2608> Acesso em: 07 jan. 2025.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração. 2011
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf Acesso em: 13 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Índice de Desenvolvimento das Cooperativas (IDC). Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. ESG (*Environmental, Social and Governance*). Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/esg/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

PAILLE, Jeffrey. Decoding ESG for Credit Unions. The Bonadio Group, maio 2024. Disponível em: <https://www.bonadio.com/insights/decoding-esg-credit-unions>. Acesso em: 07 jan. 2025.

PAIVA, Benedito Geovani Martins de; SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes dos. Um estudo do cooperativismo de crédito no Brasil. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, Três Corações, v. 15, n. 2, p. 596-619, ago./dez. 2017. Acesso em: 3 ago. 2024

PEREIRA, C. O ESG é uma preocupação que está tirando seu sono? Calma, nada mudou. Exame, out. 2020. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/carlo-pereira/esg-o-que-e-como-adotar-e-qual-e-a-relacao-com-a-sustentabilidade/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

PRI. ANÁLISE INTEGRADA. Como investidores estão abordando fatores ambientais, sociais e de governança na avaliação fundamentalista, 2013. Disponível em: <https://www.unpri.org/download?ac=2965>. Acesso em: 9 dez. 2024.

PwC Brasil. Pesquisa PwC revela que, para cooperativas de crédito, inclusão do ESG na estratégia é muito relevante. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/sala-de-imprensa/release/Pesquisa-PwC-revela-que-para-cooperativas-de-credito-inclusao-do-ESG-na-estrategia-e-muito-relevante.html>. Acesso em: 07 jan. 2025.

RODRIGUES, Haroldo. ESG e ODS não são sinônimos, são caminhos conectados. *Forbes Brasil*, 26 abr. 2021. Disponível em:

<https://forbes.com.br/forbes-collab/2021/04/haroldo-rodrigues-esg-e-ods-nao-sao-sinonimos-sao-caminhos-conectados/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SALATINO, Alba Cristina Couto dos Santos. “O pequeno padre e pai dos colonos” as representações sociais de Theodor Amstad e suas práticas no Sul do Brasil. 2.v16.n.32.10, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236123766.pdf> . Acesso em: 17 dez. 2024.

SCHNEIDER, José Odelso; HENDGES, Margot. Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação. Jul-Dez, 2006. Acesso em 27 de jan. 2025

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Cooperativa De Crédito: As vantagens de se associar a uma cooperativa de crédito. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-vantagensde-se-associar-a-uma-cooperativa-decredito,e943ee9fc84f9410VgnVCM1000003b74010aRCRD> >. Acesso em 10 jan. 2025.

SESCOOP. Inovação em Cooperativas. 2022. Disponível em: <https://www.escoop.edu.br/wp-content/uploads/2023/04/Inovacao-em-Cooperativas-ebook-Completo-1.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

Sicredi. Sicredi é pioneira na emissão de Letras de Crédito Sustentável. 2024. Disponível em: <https://cooperacaoambiental.coop.br/pt/cases/sicredi-e-pioneira-na-emissao-de-letras-de-credito-sustentavel>. Acesso em: 07 jan. 2025.

Sicredi. Sicredi recebe prêmio internacional de sustentabilidade. 2023. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/sobre-nos/noticias/institucional/sicredi-premio-internacional-sustentavel/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

Sicredi. O Dia das Cooperativas de Crédito. 2024. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/coop/univales/noticias/cooperativismo/o-dia-das-cooperativas-de-credito/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SILVEIRA, M. W. da; PETRINI, M. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa: uma análise bibliométrica da produção científica internacional. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 25, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/3kLgZ3vwHpfXGnDwRbyj8mG/?format=pdf>. Acesso em: 28 dez. 2024.

SOMOS COOPERATIVA. *Dia Internacional das Cooperativas de Crédito: histórias de transformação*. Disponível em: <https://www.somos.coop.br/noticias/dia-internacional-das-cooperativas-de-credito-historias-de-transformacao>. Acesso em: 9 dez. 2024.

TEIXEIRA, Alessandra Vanessa; SOBRINHO, Liton Lanes Pilau; REATO, Talissa Truccolo. Sustentabilidade e ESG: O consumo sustentável no cenário neoliberal. *Veredas do Direito*, v.21, e212633 - 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vd/a/LNcHQT8TkQD85K339kBNFhq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 jan. de 2024

XPI INVESTIMENTOS. Cooperativas de crédito: o que são e como funcionam? Disponível em:

<https://conteudos.xpi.com.br/renda-fixa/relatorios/cooperativas-de-credito-o-que-sao-e-como-funcionam/> Acesso em 10 jan. 2024
